

Outros tempos

M. I. Rollemberg



Fonte luminosa no jardim da praça Rio Branco, Novo Horizonte, 1974

A colonização de terras desconhecidas envolveu ingentes esforços de seus pioneiros, ao lado da nostalgia provocada pelo abandono de seus ambientes ancestrais de vida. Na conquista do oeste americano, essas odisséias foram contadas em prosa e verso, por meio da arte hollywoodiana do cinema. Aqui entre nós, não foi muito diferente, embora tivéssemos que separar as características típicas da região tropical.

Naquelas interações de fim de mundo, além do trabalho árduo e interminável, nas suas horas de descanso, muito raras, sobravam poucas possibilidades de lazer. Com toda a força criativa do ser humano, inventaram-se formas de superar o marasmo para proporcionar alguns momentos de diversão. Daí surgirem as *tall tales*, histórias ingênuas e criativas, que acabaram sendo as alegrias daquele povo no longínquo oeste. Em uma delas, contava-se que certo senhor, inconformado com o fato de os peixes não sobrevive-

rem fora da água, resolveu buscar uma mudança nesse estado de coisas. Pescou um peixe bem grande e mergulhou-o vivo em uma grande tina de madeira. À noite, quando a temperatura estava mais amena, retirava o peixe de seu compartimento, colocando-o em um relvado umedecido. Ao apresentar qualquer sinal de desconforto, recolocava-o imediatamente na tina. Pouco a pouco, o peixe foi tolerando mais e mais tempo fora da água. Nos dias subsequentes, passou a repetir a experiência, dessa vez durante o dia, com o sol escaldante. Finalmente, o peixe já não sentia mais necessidade de estar dentro da água. Passou inclusive a acompanhar o dono, a princípio em pequenos passeios, para depois fazer grandes caminhadas com o amo, como se fosse um animal de estimação. Transformou-se na grande atração da região, para onde se dirigiam forasteiros sequiosos para ver de perto aquele fenômeno. Um dia resolveu visitar um amigo em uma propriedade distante. Saiu por

uma estrada poeirenta com o peixe em seu encalço. Na ocasião, já estava acostumado a ir conversando com o dito-cujo, que o acompanhava *pari-passu*. Pelo caminho, atravessaram uma pinguela rústica sobre um riacho caudaloso. Mais alguns passos, e percebeu que estava falando sozinho. Ao voltar-se, não viu mais o peixe. Retornou, desesperado, e ao passar pela pinguela constatou que o peixe havia caído entre as fendas para dentro do riacho. Correu para acudi-lo, mas foi tarde. O peixe havia morrido afogado!

Os pioneiros que chegaram a Novo Horizonte, interior do Estado de São Paulo naqueles tempos difíceis também não tinham grandes opções. Muito trabalho. Muita luta. As diversões praticamente inexistiam. Quando muito, uma pescaria no final de semana. Rádios, só um ou dois, de galena: para ouvi-los, era preciso usar fones de ouvidos muito precários, sendo que vencer a estática já consistia em uma vitória. Ao captar a notícia, o ouvinte transferia, de acordo com sua compreensão, o resultado para aquele público aflito e curioso. Pela natureza da cidade minúscula onde praticamente todos se conheciam, e em acordo com a herança vitoriana da época, havia um policiamento coletivo de hábitos, costumes e tudo mais. As distrações variavam entre falatórios, fuxicos, piadas, “venenos” e outros. Algumas pessoas vestiam o “figurino” ideal para essas focas, particularmente os oriundos do médio oriente, cujo

sotaque e rotinas de vida davam azo a tudo aquilo. Na maioria das vezes, eram seus próprios descendentes, já nascidos nestas plagas, que faziam piadas das mançadas dos ancestrais mais velhos. A maioria havia abandonado, fugindo da opressão, o Império Otomano, que usurpara suas terras na Síria, no Líbano, na Arábia e em outros lugares.

Entre essas famílias tradicionais, como os Eids, um dos pioneiros foi “seo” Salim, como era conhecido. Circunspeto, pouco falante, teve com dona Salume três filhos brilhantes: Naman (um *gentleman*), Blanche e Lor. Esta última foi minha colega de ginásio, sempre destacada nos estudos, tendo conseguido concluir sua formação acadêmica como primeira colocada. “Seo” Salim construiu inúmeros imóveis, reservando para a família uma casa em lugar destacado da cidade, com a melhor técnica de construção da época, a qual sobrevive até hoje, intata, graças à visão de seus filhos, que conservam o imóvel contra a onda avassaladora moderna de substituir tudo que é passado. Mas com seu jeitão taciturno, somado a sua característica prudente em relação aos negócios, passou à categoria dos “muquiranas”, pois, segundo as más línguas, não abria a mão nem para cumprimento.

Um dos divertimentos coletivos mais populares da época consistia em piqueniques organizados por várias famílias, às margens do então caudaloso rio Tietê, sob as sombras de suas margens cobertas por feérica vegetação. Tomavam



Encontro histórico em evento socioesportivo. À frente, Euclides Castilho (prefeito municipal), Ulysses Guimarães (presidente da Câmara dos Deputados) e Zezé Quirino (prócer local). Novo Horizonte, 1956

emprestado um caminhão e o grupo ia encarapitado na carroceria. Determinavam-se os comes e bebes, distribuindo-se as incumbências entre os participantes. Uns levavam as carnes, outros as bebidas, mais outros as frutas; as senhoras faziam bolos e docinhos deliciosos e os espalhavam em toalhas alvíssimas. Conta-se que em uma dessas ocasiões, ao lhe perguntarem o que ele iria levar, “seo” Salim respondeu de pronto: “eu leva Naman!”.

A cidade, muito pequena, dividia-se em duas partes: “lá em cima” e “lá em baixo”. Só havia um dentista com curso superior. Os restantes usavam o pomposo título: “Dentista Prático Licenciado”. Tão Pereira era “lá de baixo”. Moreno escuro de porte avantajado, gostava de usar camisas extravagantes, com um chapelão de abas largas semelhante aos de vaqueiros, mas com desenhos que lembravam os “mariaches” mexicanos. Espalhafatoso nos gestos, gostava de usar palavreado rebuscado, no mais das vezes sem nenhuma conexão. Quando perguntado, dizia-se “mecânico da boca humana”. Nos momentos de folga, ia até a esquina da praça Rio Branco com a rua XV de Novembro, onde ficava a padaria de Guerino & Pires. Ali era comum aparecerem sanfoneiros que, acompanhados de violeiros, davam “canjas”, que os proprietários iam “regando” com cerveja servida com um pão sovado delicioso e porções generosas de mortadela, na época os frios mais em conta. Com isso, atraíam fregueses, que também faziam seus pedidos, engordando as contas. Tal mortadela vinha de um frigorífico de Taquaritinga e não havia bar ou boteco da cidade que não a tivesse. Para os garotos, aquilo era um verdadeiro manjar dos deuses.

Na ocasião, a grande rivalidade do futebol da região centrava-se entre o Guarany de Catanduva e o CAT (Clube Atlético Taquaritinga), e a decisão aconteceria justamente em Taquaritinga, cidade famosa pelos torcedores exaltados. De antemão, já se sabia que, se o Guarany vencesse, o “pau iria quebrar”. Para evitar maiores dissabores, os diretores de Catanduva levaram alguns estivadores. Ao final, o Guarany venceu. Os campos eram cercados por ripas de madeira, verdadeiras armas em potencial. Ao apito final, as ripas foram sendo arrancadas e “tome pancada”, de nada adiantando a presença dos estivadores, que apanharam do mesmo jeito. Os jogadores saíram em disparada em direção à estação de estrada de ferro, correndo um bom pedaço além, para se livrarem da turba. Um forasteiro que assistia ao jogo foi interpelado sobre sua cidade de origem. Só saía

“Ca., Ca., Ca...”, e o “pau comendo”. O sujeito era gago. Quando conseguiu completar o nome Catiguá, já era tarde. Ao chegar a Novo Horizonte naquela segunda-feira para fazer suas entregas, o motorista do frigorífico estava temeroso, pois iria em seguida a Catanduva. Dizem que, ao ser reconhecido, a multidão cercou o caminhão frigorífico, e foi só mortadela que voou pela avenida Brasil, artéria principal de Catanduva.

A padaria tinha um declive com a rua Quinze, e o Tão Pereira gostava de ficar encostado no canto da porta, colocando um dos pés sobre o degrau formado. Por ter enorme estatura, seus pés eram avantajados. Um dos circunstâncias fez a observação: “Puxa ‘seo’ Tão, que pezão!”, ao que o dito-cujo foi respondendo, sem delongas: “é que eu sou muito pederasta!”.

O destino da Vila Itororó

Nelson Di Francesco



Disponível em: <[http://fotos.sapo.pt/eniobrauns/fotos/?uid=iCvra8Rjg3eSjgYA\]Nd7](http://fotos.sapo.pt/eniobrauns/fotos/?uid=iCvra8Rjg3eSjgYA]Nd7)>.

Vila Itororó atualmente

Um dos símbolos históricos do bairro da Bela Vista, o conjunto de imóveis conhecido como “Vila Itororó”, com entrada pela Rua Martiniano de Carvalho, números 255/313, e fundos para a Rua Maestro Cardim, é composto por 1 casarão e 37 casas menores ao seu redor (em 3 pavimentos abaixo do nível da rua), em terreno irregular e muito acidentado, encerrando uma área de quase 5.000 metros quadrados.

A história do bairro é feita de imigrantes. No ano de 1878, os italianos (a maioria artesãos, sapateiros, padeiros e quitandeiros, provenientes da região da Calábria) que resolveram se instalar em São Paulo aproveitaram a oferta de terrenos baratos e se mudaram para a Bela Vista. A partir de 1890, começaram a chegar também portugueses, espanhóis e outros italianos.

A “Vila” foi construída pelo tecelão português Francisco de Castro entre os anos de 1916 e 1922 (há controvérsias quanto ao período). Imigrante atuante no ramo da construção civil como mestre de obras, ele foi arrebatando diversos materiais provenientes das demolições que ocorriam na cidade, incluindo pilares e carrancas pertencentes

ao Teatro São José, destruído por um incêndio em 1898. Vitrais, vasos decorativos, esculturas de deuses gregos, cariátides, uma estátua de ferro fundido, representando Ceres, a deusa romana da agricultura, e até um leão de pedra (já foram dois) completam a ornamentação do palacete.

A história registra que, com o dinheiro dos aluguéis das casas construídas no local, ele construiu o seu palacete de 4 andares. O ano da inauguração está escrito, em alto relevo, solenemente na fachada: MCMXXII.

Assim, o empresário foi erguendo uma grande obra em terreno de sua propriedade junto ao Vale do Riacho Itororó, hoje canalizado e correndo sob a Avenida 23 de Maio.

Conhecida como Casa Surrealista, a Vila Itororó foi considerada exótica e grandiosa para a época, devido às suas formas inéditas de construção, surpreendendo os pesquisadores por seu ecletismo e sua singularidade, além de ter sido a primeira residência particular de São Paulo a possuir uma piscina, aproveitando a nascente do Riacho Itororó.

Na década de 1920, a piscina, que fica nos fundos do palacete, foi palco de grandes festas. Segundo histórias, o

escritor Oswald de Andrade era um dos frequentadores da Vila e sempre que possível participava das festas. Nos anos 1980, a piscina fez parte do Clube Éden Liberdade. Na década de 1990, uma lavanderia se instalou no terreno, e a piscina se tornou um enorme tanque para lavar e tingir roupas. Hoje está desativada, cheia de lodo, servindo de depósito para o maquinário enferrujado da antiga lavanderia.

Francisco de Castro era um homem que gostava de mostrar ascendência social e prestígio, além de possuir vida boêmia. Infelizmente, não soube administrar sua fortuna; acabou se endividando e, depois de seu falecimento, por tuberculose, seu patrimônio foi leiloado, e a Vila, arrematada: “...um dos credores de Castro (que não era casado), Augusto de Oliveira Camargo, adquiriu o direito de posse da Vila Itororó. Após o seu falecimento, Dona Leonor de Barros Camargo, sua viúva, doou a Vila à Instituição Beneficente Augusto de Oliveira Camargo, mantenedora da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Indaiatuba” (cf. Fátima Antunes, Depto. de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, SP, março de 2012).

As casas foram alugadas pela Instituição. No início, o local era bem zelado, porém, com o passar das décadas, foi se deteriorando e perdeu qualidade habitacional, refletindo a característica histórica da região da Bela Vista, que sempre foi a de abrigar cortiços. Foi aos poucos invadido e também transformado em cortiço.

A Vila Itororó foi perdendo algumas de suas características por falta de manutenção. A partir da década de 1970, surgiram notícias sobre a revitalização do bairro, como um todo, incluindo esse conjunto de habitações. O sonho sempre foi o de tentar parcerias com empresas do bairro e transformá-la em um centro cultural com espaços museológicos, recintos para exposições, salas para oficinas, teatros, bibliotecas, brinquedoteca, bem como um restaurante italiano com o objetivo de difundir a culinária característica do bairro, conhecido pelas cantinas.

Mudanças na gestão administrativa da cidade sempre levaram ao adiamento do projeto, ousado por querer revitalizar uma região com inúmeros estabelecimentos destinados a submoradias. Hoje o local se assemelha a uma ruína, e sua restauração não será fácil. Lixo e entulho se acumulam nas vielas esburacadas, mau cheiro por causa da rede de esgoto deteriorada, instalações elétricas inadequadas, entre outros problemas detectados. Os tijolos já aparecem nas paredes descascadas e as telhas não resistem às

chuvas. Ampliações com estabilidade estrutural prejudicada (sempre improvisadas) foram comprometendo, ainda mais, a qualidade da Vila.

Uma rápida cronologia mostra que:

— em 1997, a Fundação Leonor de Barros Camargo desistiu de cobrar aluguel dos imóveis que compõem a Vila;

— o Conpresp a tombou em 1992; e o Condephaat em 2005;

— em outubro de 2005, a Secretaria da Habitação declarou que a Vila Itororó faria parte do Programa de Recuperação de Cortiços;

— em 2006, a propriedade foi declarada de utilidade pública pela Prefeitura;

— em agosto de 2009, a Justiça paulista decidiu que a Secretaria de Estado da Cultura deveria tomar posse do terreno.

As discussões sempre fizeram parte desse cenário, envolvendo órgãos públicos e a população da Vila, alguns morando por lá há mais de 40 anos.

Em contrapartida, a amizade entre a maioria dos moradores sempre foi forte, unindo-os, por meio da Associação de Moradores e Amigos da Vila, contra as tendências oficiais de removê-los de lá, sem que houvesse um compromisso de moradia digna, no mesmo bairro (ou imediações), onde trabalham e seus filhos estudam.

Segundo a Prefeitura, das 104 famílias que residiam na Vila, 86 foram cadastradas no Programa de Cortiços da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo e serão transferidas para moradias erguidas nas imediações pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), sendo 34 para o Condomínio Bela Vista e 52 para o Conde de São Joaquim. As 18 famílias restantes receberão uma “bolsa aluguel social” até serem transferidas para outros empreendimentos.

Os apartamentos da CDHU, de 35 e 41 m², possuem 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, e área de serviço. Contam com estacionamento, *playground* e sistemas de medição individualizada de água e gás.

Os 57 primeiros apartamentos foram entregues no dia 18 de setembro de 2011.

Em agosto de 2012, um tapume preto instalado na Rua Martiniano de Carvalho cercava a Vila, já semideserta, impedindo novas invasões. Quase nenhuma movimentação se via por lá. Ouso acrescentar que o “pedaço” ficou um pouco triste, mas acredito que o restauro/revitalização agora sai...

Muito mais ainda poderia ser falado sobre a Vila Itororó, seu passado, as histórias dos moradores nessas últimas décadas, e seu possível futuro... Artigos ilustrados costumadamente aparecem nos jornais e revistas como assuntos do cotidiano da cidade. Na mídia eletrônica, também podem ser localizadas matérias complementares bem interessantes, incluindo muitas fotos.

Esperava encontrar livros, trabalhos acadêmicos, dissertações, até mesmo teses, como é de fato merecedor esse local *sui generis*. Contudo, não localizei. Como aliás, não existe algo mais consistente sobre as Vilas Maria Zélia (bairro do Belenzinho) e Economizadora (Luz), também “perdidas” e interessantes para a historiografia de São Paulo, vítimas do descaso, ambas em processo de degradação, num ritmo acelerado.

Por quê?

Quando chegava o mês de junho, eu passava com frequência na Rua Martiniano de Carvalho, com destino à Vila Itororó, e olhando lá para baixo via o “pátio que se transforma em eixo de circulação e espaço de convivência entre os moradores” todo enfeitado com bandeirinhas, animado e preparado para as Festas Juninas. Esse conjunto remetia automaticamente aos tempos da minha infância, lá no bairro do Bom Retiro, que à época possuía muitas dessas características de bairro de imigrantes: cortiços, pequenas vilas, casas de cômodos e crianças por todos os lados. E eu era uma delas.

E eu era muito feliz...

Nelson Di Francesco
Pesquisador histórico

Caderno de anotações

José Carlos Barbuio

Qual é o número do seu CPF?

Qual é o número do seu CPF? Nota Fiscal Paulista? As perguntas ecoam estridentemente dentro de nossas cabeças.

Não adianta você perguntar à ansiosa mocinha do caixa se serve o RG. Não, o Sistema pede o CPF, diz ela, com uma contida impaciência. Será que resolveria se você gritasse que o RG é o *legítimo* documento da pessoa *natural* (que os órgãos fazendários denominam *erroneamente* de pessoa *física*)? O RG é prova de que você nasceu e de que foi registrado no Registro Geral. É um documento em que consta o nome dos seus queridos pais, junto com a sua foto, já um tanto esmaecida. E por que essa insistência com o tal CPF, que é um *documento fiscal*? Documento que serve para você *ter* que declarar ao Fisco tudo o que você ganha, a qualquer título: salário, renda, juros, até dinheiro *ilegal* (sim, dinheiro obtido de forma ilegal é tributável).

E os ribeirinhos, os habitantes dos grotões, as pessoas humildes, precisam do tal CPF? Precisam. Mas elas não ganham nada! Não importa; têm que declarar que são isentas. Em outras palavras, a pessoa simples tem que se virar para juntar a papelada para conseguir o CPF, que será o passaporte mágico para entrar no bendito *Sistema*. Mas não é discriminatório insistir que a pessoa se cadastre na sociedade *de mercado* e se esqueça de que já faz parte da sociedade civil? É. Se você não ganha, se você não consome, se você não tem cartão de crédito, você simplesmente *não existe* no Brasil *atual*. Brasil que sempre foi respeitoso com os direitos civis. País dono de um Poder Judiciário que recentemente decretou a sobreposição do RG sobre o Título de Eleitor. Mas não adianta, o Sistema *cismou* com o bendito CPF.

Em tempo: o RG deveria voltar a ter sua importância reconhecida; e poderia ser emitido pelo Cartório de Registro Civil (subordinado ao Ministério da Justiça), e não pela Secretaria Estadual da *Segurança Pública*, como hoje é feito. O registro na Secretaria da *Segurança Pública* é um resquício dos tempos das diversas ditaduras às quais o País foi submetido.

José Carlos Barbuio
Advogado e Escritor

Onde, o começo Onde, o fim

Arary da Cruz Tiriba



Anos 60, século passado. Admitida no hospital das doenças transmissíveis uma jovem, diagnóstico imediato: RAIVA, sinônimo da morte!

Naqueles tempos, causada pelo *vírus de rua* transmitido por cachorro, a hidrofobia era frequente na capital paulista.

Moça em final de gestação. Feto, ainda, com sinais de vida!

Instituição sem obstetra. Um de nós, o dedicado anestesista do Hospital das Clínicas, Dr. Paulo Affonso Pinto Saraiva¹, estreitamente ligado ao Prof. Álvaro Guimarães Filho², catedrático de Obstetrícia da Escola Paulista de Medicina, apelou ao Mestre para proceder à cesariana, *urgência urgentíssima!*

Atendimento sem hesitação!

A puérpera, como previsto, não resistiu, morrendo no ato. O bebê recebeu cuidados redobrados de mais um especialista, notável pela experiência e dedicação, o Prof. Carlos Gonçalves Machado³ (viria a ser Diretor do Instituto Pasteur de São Paulo). O cientista não hesitou em proteger de imediato o recém-nascido, pelo soro antirrábico, assegurando a proteção pela série de vacinação específica, sem deixar de interpretar, rigorosamente, a progressão dos anticorpos do lactente, exposto por tal forma, raríssima, senão única no mundo!

Salva a criança! Abençoados os três médicos citados!

Quem passaria a tutelar a criança? Familiares da vítima, solteira, assumiram o encargo de criar o “Emílio Ribas” — assim batizado —, o segundo denominado.

Passam-se anos...

Atavismo... Em seguida, aos 20 anos de idade, o homônimo reingressa na Instituição Hospitalar onde nascera. Outra vez, dramaticidade!

Dos primeiros casos de AIDS! Inexistente, então, tratamento contra o *HIV*...

— Oh, Saraiva! Oh, Guimarães! Oh, Machado!

Sem resposta... Não mais transitam nos corredores dos nossos hospitais...

Inigualáveis!

¹ No 6º andar da Clínica Ortopédica e Traumatológica do HC, dedicado à sobrevivência, no pulmão de aço, dos pacientes, crianças e adultos, da *paralisia infantil*. Dispunha de extraordinária habilidade para lidar com ressuscitadores mecânicos e repará-los, a qual herdara do pai, Eng. José Saraiva, que em sua casa, na nascente da Rua Augusta, dispunha da oficina de instrumentos complicadíssimos. Paulo manuseava-os com destreza.

² Foi professor do autor, por duas vezes, na Escola Paulista de Medicina, da qual também foi Diretor, e na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP. Foi patrono da Cadeira 61 da Academia de Medicina de São Paulo. Era contrário à federalização da EPM. Recusou-se a receber os honorários da *Fazenda*, pós-federalização. Morreu numa diminuta enfermaria do Hospital São Paulo. Emocionou-se quando seu ex-aluno [o autor] foi visitá-lo; choraram ambos.

³ Prof. Adjunto da EPM, Disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias; cardiologista, internista de larga experiência e humanista. Como Diretor do Instituto Pasteur, consumada autoridade em raiva.

Arary da Cruz Tiriba

Professor Titular, aposentado em
atuação voluntária, da UNIFESP/EPM
Membro da Academia de Medicina de São Paulo

A outra face da secretária do lar

Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak

O estilo de vida do doutor é simples. Atividades profissionais, pouco lazer e nada de extravagâncias. No contexto, toma conhecimento do que se passa no lar e, por isso, vale a pena relatar uma peripécia a respeito. Como acontece comumente, foi preciso contar com outra secretária do lar. Usar “empregada doméstica” é humilhante, dizem alguns.

A esposa recebeu a candidata e conversou com ela. Perguntou nome, idade, dados sobre a experiência anterior, estado civil, existência de filhos e endereço, conforme o costume. Resposta:

— Sou a Gerusa Nonato, baiana nascida em Jacobina, tenho trinta e cinco anos e não me casei. Estive em várias casas, sem problemas. Deixei o último emprego porque queria ganhar mais e não puderam pagar.

A eventual futura patroa prosseguiu:

— Mostre qual é a sua maneira de trabalhar, para que seja bom o nosso entendimento.

Então, ouviu o relato:

— Exijo carteira assinada. Meu horário: das oito da manhã até as quatro da tarde. Quero saber se a senhora é só do lar e se aqui tem crianças ou cachorro. Não levo cachorro para passear. Lavo, passo e ajudo na cozinha, mas não faço o serviço de faxineira. Desejo comer o que quiser, podendo pegar coisas na geladeira ou em qualquer outro lugar. Meu namorado liga para mim todos os dias e eu liguei para ele quando tiver vontade. Não conte comigo para coisas extraordinárias, porque estarei livre fora do meu horário de trabalho. Não visto uniforme de empregada e, se ficar doente, chamem médico particular e paguem os remédios.

A mulher do doutor embranqueceu. Respirou fundo várias vezes, com os pelos em pé. Quanto profissionalismo,

segurança e pretensiosidade. Porém, lembrando-se da necessidade, decidiu prosseguir e perguntou:

— Quanto ao salário, o que você deseja?

Veio a sugestão:

— Dois mil reais por mês, com férias, auxílio para transporte, décima terceira parte e cesta básica de alimentos.

Pausa e negociação. Ficou por mil e quinhentos. Início no dia seguinte.

Bons serviços e respeito aos pedidos assustadores.

Paz durante uma semana. Então, aconteceu o primeiro e último desliz, com consequência cheia de safadeza. A Gerusa escafedeu-se. Impossibilidade de obter notícias.

Dois dias depois, o doutor tomou conhecimento de que joias da esposa haviam desaparecido. Sumiram também dez mil reais em dinheiro. Procedeu-se, em Delegacia, à elaboração de boletim de ocorrência, para adoção de posteriores medidas.

Tudo em vão. O crime foi perfeito. Bem planejado. O endereço dado era inventado. A carteira de trabalho, novíssima, certamente significava trapaça e a ladra dissera que perdera a anterior. A vontade de solucionar dificuldade doméstica criou boa situação para a malandragem. Nem cédula de identidade fora solicitada, se bem que igualmente deveria ser fajuta.

A Gerusa continua bem, por aí, aprontando outras falcatruas. Convenhamos, tem competência para isso.

Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak
Médicos e professores universitários

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Guido Arturo Palomba – **Diretor Adjunto:** Carlos Alberto Monte Gobbo

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina (*in memoriam*), Luiz Celso Mattosinho França, Affonso Renato Meira, José Roberto de Souza Baratella, Arary da Cruz Tiriba, Luiz Fernando Pinheiro Franco e Ivan de Melo de Araújo

Cinematoteca: Wimer Bottura Júnior – **Pinacoteca:** Guido Arturo Palomba

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany (curador, *in memoriam*), Nilceo Schwery Michalany (vice-curador)

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.